Cadernos do Tempo Presente

get GRUPO DE ESTUDOS DO TEMPO PRESENTE ufs

ISSN 2179-2143

O medo impresso: imigração e xenofobia no Brasil do começo do século XX

Giovane Albino Silva[1]

O livro *O inimigo estrangeiro: xenofobia como prática midiática no Brasil (1917-1930)*, escrito pela historiadora alemã Karina Kriegesmann, trata da xenofobia, dos medos sobre a presença de estrangeiros no Brasil, das práticas de articulação política e dos interesses de diversos grupos com a propagação de notícias difamatórias sobre os perigos que a imigração representava para o país. O texto é resultado da pesquisa de doutoramento de Kriegesmann, traduzido e publicado pela editora da Universidade de Pernambuco (EDUPE) em 2025. Apesar do caráter acadêmico, a autora conduz suas análises com uma escrita acessível, possibilitando a leitura e compreensão da tese pelo público leitor não acadêmico.

Karina Kriegesmann é especialista no estudo sobre a América Latina em perspectiva global e recebeu o primeiro prêmio de melhor tese da Associação de Historiadores Latinoamericanistas Europeus (AHILA). É professora do departamento de História da Universidade Livre de Berlim, onde obteve diversas bolsas de pesquisa e de cooperação internacional, bem como realizou estágios em diferentes países e universidades latino-americanas, incluindo o Brasil, entre 2017 e 2018. Recebeu, entre outros títulos, o prêmio Rosalind Franklin em 2025, que reconhece o mérito de pesquisadores comprometidos com trabalhos transparentes, compreensíveis e éticos.

Apesar dos estímulos recorrentes no século XIX por parte do Estado brasileiro para que estrangeiros se deslocassem para o país, os meios de comunicação, nacionais e estrangeiros, noticiaram e propagaram informações de como a chegada de imigrantes no contexto da Primeira Guerra (1914-1918) era prejudicial à ordem pública e ao desenvolvimento econômico nacional. Os jornais e revistas reproduziram e divulgaram informações, muitas vezes sem critérios precisos de apuração e veracidade, de que esses estrangeiros seriam sujeitos perigosos e indesejáveis, que aproveitariam as fronteiras abertas do Brasil para se infiltrarem na sociedade e

[1] Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor adjunto do departamento de História da Universidade de Pernambuco. Pesquisador do Grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina (GEHSCAL). E-mail de contato: giovane.albino@upe.br. https://orcid.org/0000-0002-8386-2233.

conduzirem atos políticos contra o Estado, organizando movimentos sociais e lutando pela formação de novas colônias.

A quem interessava a propagação de informações difamatória – e por vezes falsas – acerca do comportamento de estrangeiros no Brasil? Quais os impactos que a circulação dessas informações tiveram nos debates políticos? Como e a partir de que meios atores midiáticos (jornalistas, editores, diplomatas, agências, etc) buscaram instar na população o medo, a desconfiança e a rejeição dos imigrantes? Essas são algumas perguntas trabalhadas ao longo do texto a partir da utilização de ampla bibliografia que discute o contexto político e econômico no Brasil entre os fins do século XIX e as duas primeiras décadas do XX no Brasil.

Acontecimentos políticos e econômicos da Primeira República (1889-1930), como a Primeira Guerra, a Revolução Russa (1917), a Revolta Paulista (1924) e a Grande Depressão (1929), são tratados como episódios incorporados pelos meios de comunicação para disseminar notícias acerca do perigo que o estrangeiro representava como agente infiltrado na sociedade, incentivador da desordem pública e de crises sociais. Esses debates são apresentados a partir de uma vastíssima análise de fontes históricas, em especial de jornais e revistas nacionais de grande circulação no país. Por sua vez, a inclusão de fontes internacionais, sobretudo da imprensa dos Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra e Argentina dão uma complexa compreensão sobre os produtos e subprodutos das notícias que circulavam internacionalmente e suas relações com as produções no Brasil.

A xenofobia é analisada como produto da globalização, dos processos de integração econômica e das relações políticas e diplomáticas em que o Brasil estava inserido na Primeira República. Os fluxos migratórios integraram essas conexões, impulsionados por agitações políticas e sistemas de repressão, pelo o aumento da pobreza e miséria, que impulsionaram a migração rumo às Américas. De acordo com a autora, o "Brasil do início do século XX ilustra de forma exemplar como noções de mobilidade, diversidade e de um planeta cada vez mais interligado caminhavam lado a lado com a xenofobia e a segregação, propagadas sobretudo pela imprensa"[I].

O recorte da Primeira República enfatiza o contexto de crescimento dos meios de comunicação, da ampliação dos espaços de circulação de notícias e dos debates na esfera pública que, segundo a autora, é caracterizada pela troca de opiniões a respeito de questões socialmente relevantes. Os jornais eram um importante meio de comunicação, especialmente nas cidades, condicionados por seus atores midiáticos que representavam as notícias de acordo com os seus interesses. Os políticos, por sua vez, utilizaram a imprensa como um espaço imprescindível para a condução da opinião pública. A relação entre imprensa e política fica evidente ao longo de todo o livro.

A originalidade da pesquisa reside especialmente na análise de como os meios de comunicação, e a imprensa jornalística em particular, mediaram as informações acerca do medo e da xenofobia no contexto da Primeira República no Brasil e das suas conexões globais. Os fluxos migratórios são analisados a partir das representações forjadas por órgãos de notícias que reproduziam informações sobre o suposto perigo da presença de estrangeiros no país e que chegavam a afetar os

debates públicos com base em ideias muitas vezes preconcebidas. O livro se alicerça em importantes diálogos interdisciplinares com discussões entre historiadores, antropólogos, sociólogos, linguistas e filósofos, o que complexifica a compreensão sobre globalização, conexões culturais e grupos sociais, bem como representações, medos e emoções. Ele é composto de cinco capítulos acompanhados por breves introduções e conclusões, que situam o leitor nas propostas de reflexão desenvolvidas em cada parte do livro.

No primeiro capítulo, a autora analisa os processos que levaram à integração do Brasil no contexto mundial entre as últimas décadas do século XIX e início do XX, destacando acontecimentos políticos e econômicos, como a Primeira Guerra e a exportação do café, que criaram entre as elites nacionais projeções de crescimento e fortalecimento internacional. Medidas de estímulos à imigração e inserção de estrangeiros no país foram construídas com base em teorias racistas e de embranquecimento da população nos debates políticos do pós-abolição e do desenvolvimento do mercado de trabalho e povoamento de cidades brasileiras.

O Brasil, neste contexto, tornou-se um destino bastante procurado na América por pessoas que buscavam deixar suas regiões de origem por fatores diversos (econômicos, políticos, religiosos ou sociais). Por sua vez, esse movimento de favorecimento à imigração estimulado pelo Estado brasileiro foi recebendo reações e resistências, sobretudo a partir do contexto da Primeira Guerra, com o crescimento do discurso nacionalista e dos conflitos que a recepção de estrangeiros de várias etnias, idiomas, religiões, concepções políticas e ideológicas provocavam na sociedade. As expectativas por um crescimento econômico e integração às redes mundiais de comércio foram sendo substituídas por desânimos em torno da dependência econômica e financeira do país e da sua exploração externa.

Por sua vez, as condições precárias de vida e de trabalho não correspondiam às expectativas geradas pelos imigrantes, os quais promoviam comportamentos críticos ao Estado brasileiro. Os debates em torno das vantagens e desvantagens da imigração foram ganhando espaço e a desconfiança e os perigos da presença de estrangeiros foram sendo mais discutidos em várias publicações, nos espaços políticos e entre o público geral. Os eventos de 1917 levaram à reconsideração das práticas de imigração, à imposição de restrições, que se tornaram, segunda a autora, a base para ressentimentos, de modo que "os imigrantes logo seriam vistos como as personificações dos perigos supostamente impostos pela globalização"[II].

A imprensa teve papel decisivo nessas discussões. A autora faz um rápido percurso sobre a história da imprensa desde a chegada da família real e do surgimento dos jornais de maior circulação no país, sobretudo os subsidiados pelo governo, localizados especialmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Os proprietários de jornais, editores-chefes e comentaristas exerciam importante poder nas decisões das temáticas a serem publicamente e socialmente debatidas. Ao mesmo tempo, esses espaços de produção e circulação de notícias também eram ocupados por "protagonistas políticos" isto é "pessoas treinadas para lidar com jornais e que muitas vezes teriam uma carreira na própria mídia"[III]. Por fim, destaca-se o papel que a Guerra proporcionou no incremento da circulação de informações

e na difusão das agências de notícia, sediadas principalmente na Europa e nos EUA, que se tornaram grandes espaços de controle e propagação dos materiais informativos em escala global.

No capítulo dois, a imprensa é analisada a partir do contexto da Primeira Guerra e da maneira como os atores midiáticos produziam suas publicações, evidenciando o perigo da imigração alemã. A participação do Brasil junto aos Aliados (França, Reino Unido e Rússia) encorajou politicamente a disseminação de uma visão negativa sobre a presença desses imigrantes, que impactaram diretamente a opinião pública e a postura de reação de setores nacionais. Os jornais publicizavam informações de que os alemães eram responsáveis por atacarem navios brasileiros e organizarem uma invasão para anexar territórios, ajudando a disseminar rumores que estimulassem aversões e temores contra a presença de estrangeiros. Impulsionados por artigos publicados nos EUA e Inglaterra, os imigrantes alemães no Brasil foram alvos de constantes ataques que os difamavam e os representavam como um inimigo, apesar da reação de representantes e diplomatas brasileiros que acusavam esses artigos de propagaram informações falsas.

As notícias que investiam no medo acerca da presença de imigrantes também eram reforçadas por diversos atores midiáticos nacionais. A autora chama a atenção para um "debate doméstico", uma "guerra de imprensa", liderada por jornais e revistas. Por um lado, o Rio de Janeiro, que agregava grandes setores das mídias nacionais e informavam que os alemães estavam preparando submarinos, aeronaves e munições, supostamente localizados no Sul do Brasil. Por outro lado, a imprensa de Santa Catarina, região onde estava concentrada a presença desses alemães e que reagia aos ataques e intimidações acusando os órgãos da capital de propagaram boatos, rumores, mentiras e artigos falsos. Essa guerra disseminou nacionalmente a imagem do alemão como inimigo, revestida por um discurso de ódio e xenofobia, influenciando não apenas a opinião pública, mas também as ações políticas lastreadas no perigo da unidade nacional, do inimigo externo e do risco da segurança com a presença desses estrangeiros em território nacional, em movimento similar às notícias que circulavam também em outros países, como os EUA, Chile, Uruguai e Paraguai. Postura essa que incentivou a propagação da violência e ataques xenofóbicos, especialmente em Santa Catarina e no Paraná.

Já no capítulo três, a xenofobia é analisada como produto midiático a partir das publicações e notícias relativos aos imigrantes japoneses em torno dos anos de 1920. A autora argumenta que a desconfiança e o medo que recaíram sobre essas pessoas foram alimentados pela invenção, divulgação e manipulação de diversas notícias que projetavam cenários futuros do "perigo amarelo". As notícias que propagavam imagens negativas foram inicialmente analisadas por meio da atuação de jornalistas e jornais norte-americanos, que propagavam os perigos da formação de colônias asiáticas no hemisfério sul. Apesar da contestação de um cenário de perigo inexistente, as interpretações negativas sobre a imigração predominavam, influenciadas por mediações jornalísticas, conscientes ou não, que especulavam os perigos potenciais da migração japoneses.

Relatos sensacionalistas, práticas de falsificação e distorção foram disseminados. Tratando de casos específicos, a autora destaca uma publicação da revista norte-americana, *Brooklyn Daily Eagle*, a qual informava sobre a existência de um acordo entre Brasil e Japão para o deslocamento de 500.000 imigrantes para a região Amazônica com o intuito de auxiliar a produção econômica local com a implantação da mão de obra. Apesar dos números e do acordo entre os países não terem sido comprovados, a notícia se espalhou rapidamente e impulsionou comentários divergentes, de quem era a favor ou contrário às medidas noticiadas pelo jornal, desencadeando debates sobre os fluxos migratórios para o Brasil, que se fizeram presentes também em decisões e ações políticas acerca de temores da migração em massa de asiáticos. Por outro lado, a autora analisa os impactos que medidas restritivas para a entrada de imigrantes nos EUA trouxeram para países da América do Sul. De acordo com parte da imprensa brasileira, essas medidas acarretariam prejuízos diretos para o país uma vez que estrangeiros supostamente perigosos buscariam as fronteiras abertas do Brasil para se alojarem. Esses debates foram ainda alimentados por saberes científicos, como os da Academia Nacional de Medicina, e por posturas políticas que atestavam o "perigo amarelo" e, portanto, reforçavam um olhar discriminatório sobre os japoneses em deslocamento.

Já no capítulo 4, a discussão se volta para compreender e analisar de que modo os atores midiáticos produziam retratos dos estrangeiros como "indesejáveis" e como essa representação impactou os debates em torno dos movimentos migratórios e da integração mundial do Brasil. De acordo com a autora, o termo, utilizado para alimentar medos e ressentimentos na sociedade brasileira e latino-americana, foi apropriado pela imprensa e por discursos políticos ao projetarem o Brasil enquanto país central nos movimentos migratórios durante o fim da Primeira Guerra e a Revolução Russa. De acordo com essa percepção mediada por jornalistas e agências, o futuro do país estava marcado por grandes incertezas uma vez que a chegada de imigrantes poderia acarretar reações e desordens à ordem pública. As notícias disseminavam predominantemente matérias negativas sobre os movimentos de esquerda, ameaçadores às elites econômicas brasileiras.

Os imigrantes, que supostamente levavam ideais socialistas e anarquistas, eram uma ameaça à nação por estimularem greves e movimentos sociais contra a ordem pública. Eles foram rotulados, por campanhas difamatórias de jornalistas e políticos brasileiros, como "indesejáveis" e responsáveis pelas crises vivenciadas no Brasil. Um discurso genérico pautado numa compreensão superficial de quem eram precisamente os indesejáveis, mas que fundamentou a reação de setores nacionalistas contra a presença de estrangeiros no país. As campanhas contra os imigrantes enfatizavam uma percepção de que eles seriam economicamente inúteis, detentores de doenças crônicas ou deficiências físicas que inviabilizava a atuação de seus corpos enquanto trabalhadores. Por sua vez, o contexto de proliferação de epidemias, como a Gripe Espanhola (1918-1920), ajudou a reforçar o imigrante como portador de doenças que afetaria a saúde da população, sendo, portanto, um problema de saúde pública. Expunha-se assim a vulnerabilidade do Brasil ao contexto global. Por fim, a autora analisa como essa postura levada a cabo por parte

da imprensa gerou debates no campo da política e influenciou as discussões sobre a imigração para o Brasil.

O quinto e último capítulo avalia as notícias e publicações que envolveram as representações xenofóbicas mediadas por jornalistas e agências nas décadas de 1920 e 1930. Para tanto, eventos como a Revolução Paulista de 1924 (integrante do Tenentismo), a Grande Depressão e o endurecimento das práticas nacionalistas no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) são analisados a partir da construção de elementos difamatórios e notícias sensacionalistas que forjavam no imigrante a culpabilização pelas crises políticas e econômicas que afetavam a sociedade brasileira.

Jornais e revistas estrangeiras enfatizavam a efervescência dos movimentos sociais no Brasil e seus impactos para a ordem pública como resultado da infiltração de estrangeiros e suas ideologias contestatórias. Esses supostos inimigos eram caracterizados como seres nocivos e perigosos por estarem associados a ideologias revolucionárias e de perturbação social, notícias que propagaram um alarmismo e pânico em torno da presença de imigrantes. A autora destacou o envolvimento da imprensa dos EUA e da Argentina na propagação de informações alarmantes sobre a Revolta Paulista e das consequências nefastas dos estrangeiros infiltrados com base em relatos sensacionalistas, inclusive com a divulgação exagerada do número de vítimas.

Mesmo com o fim da revolta, em julho de 1924, o clima hostil aos estrangeiros continuou e a xenofobia era expressa como uma resposta à crise social enraizada no país. A cobertura jornalista, portanto, enfatizava o perigo dos imigrantes para embasar os problemas internos que o país estava passando. Eles eram culpabilizados pelo crescimento do desemprego (competição com mão de obra nacional) e pela desordem pública (revoltas e rebeliões), que resultou, inclusive, na produção de medidas restritivas para a entrada de estrangeiros, principalmente no governo de Getúlio Vargas.

O livro apresenta contribuições inestimáveis para o debate em torno das práticas midiáticas e da construção ou mediação dos medos em torno dos estrangeiros no Brasil no contexto global. O poder que atores sociais, em especial aqueles inseridos nos círculos de produção e disseminação de notícias, exerce por meio de suas publicações fica evidenciado nos impactos que promovem não apenas nas questões de opinião pública, mas também nas pautas políticas que conduzem os debates em torno das práticas de governança nacional. São discussões e reflexões que ao contextualizar a história no começo da Primeira República no Brasil e suas práticas xenofóbicas lançam luzes sobre questões do presente, tanto no que se refere ao modo como atualmente imigrantes são tratados e representados como sujeitos "indesejáveis", como o poder que a imprensa tem de conduzir o olhar projetado pela sociedade sobre os refugiados e seus impactos para o desenvolvimento, ou não, do país.

Notas de fim

[I] KRIEGESMANN, Karina. **O inimigo estrangeiro:** xenofobia como prática midiática no Brasil (1917-1930). Recife, Pernambuco. Editora: Edupe, 2025, p. 9.
[II] Idem, p. 56.
[III] Idem, p. 73.